

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Vitória da inteligência



Operação que desbaratou o esquema do PCC para lavar dinheiro por meio de concessões de ônibus em SP mostra que o bom combate ao crime organizado não depende só da violência

O bom combate às facções criminosas, por mais poderosas que sejam, pode ser travado sem que um só tiro seja disparado pelas forças do Estado. Não raro, são as ações de inteligência que têm provocado os abalos mais sensíveis nos negócios dessas facções – que há bom tempo operam como verdadeiras máfias no Brasil e no exterior –, e não a aposta na força bruta policial.

Foi exatamente o caso da Operação Fim da Linha, deflagrada no dia 9 passado para desbaratar um esquema de lava-

gem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) por meio do transporte público de São Paulo. Desde fevereiro, os detalhes da exploração de concessões de linhas de ônibus pelo PCC, entre outros contratos com a administração pública, têm sido revelados por uma série de reportagens do *Estado*.

O sucesso da Fim da Linha – fruto de uma cooperação entre o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de São Paulo, a Receita Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) – foi materializado

por cumprimento de 52 mandados de busca e apreensão e pela prisão de três acionistas e um contador de duas das maiores empresas de ônibus de São Paulo, a Transwólf e a UPBus. A Justiça também determinou o bloqueio de centenas de milhões de reais em bens dos investigados a fim de resguardar futuras reparações. Um baque e tanto nas finanças do PCC.

“Hoje (*terça-feira passada*) é um dia histórico para o Ministério Público de São Paulo”, disse o promotor Lincoln Gakiya, membro do Gaeco paulista e um dos mais devotados servidores públicos ao combate ao crime organizado, em particular ao PCC.

Esse desfecho só foi possível porque houve uma profícua colaboração entre as autoridades estaduais e federais. Nesse sentido, tratando-se de um esquema de lavagem de dinheiro, a participação do Cade e da Receita Federal foi determinante para apoiar as investigações do Gaeco de São Paulo. Restou evidente que, além da primazia da inteligência sobre a violência, a união de esforços entre entes federativos – respeitadas suas atribuições constitucionais, por óbvio – é fundamental para o sucesso de ações de combate a grupos criminosos cada vez mais audazes e que não reconhecem fronteiras.

Há pelo menos 30 anos, desde quando o transporte público na capital paulista começou a ser explorado de forma clandestina pelos chamados “perueiros”, já se sabia que a atividade fazia crescer os olhos dos criminosos. Afinal, está-se falando de um ramo que movimentava bilhões de reais numa metrópole como São Paulo – e boa parte

em dinheiro vivo. De lá para cá, sob o beneplácito de agentes públicos por vezes incompetentes, por vezes corruptos, o negócio prosperou, digamos assim. Algumas das antigas cooperativas de motoristas que foram legalizadas pela Prefeitura se transformaram em grandes empresas de ônibus a serviço do crime, como é o caso das ora suspeitas Transwólf e a UPBus.

Por essa razão, a Justiça, corretamente, ordenou que a Prefeitura de São Paulo assumisse a gestão das duas empresas enquanto correm as investigações. O objetivo claro é evitar que os 17 milhões de passageiros transportados por ambas todos os meses sejam prejudicados – o que decerto levaria a um colapso da mobilidade na metrópole.

Ao fim e ao cabo, cumpriram-se mandados judiciais contra suspeitos de envolvimento com a facção criminosa mais poderosa do País sem que uma gota de sangue fosse derramada, como já foi dito. Porém, ainda é cedo, evidentemente, para comemorar o triunfo total do Estado Democrático de Direito sobre um de seus maiores algozes.

Da mesma forma que o PCC só deixou de ser um grupelho formado no interior de uma penitenciária paulista para ser o que é porque agentes públicos se deixaram corromper pelo caminho, alguns “perueiros” só viraram grandes empresários a serviço do crime organizado porque o Estado foi negligente, para dizer o mínimo. Portanto, até que as investigações avancem sobre os agentes públicos que traíram seus mandatos, o fim da linha dessa promiscuidade estará longe. ●

Nos EUA, justiça; no Brasil, impunidade

Multa milionária do Departamento de Justiça dos EUA a uma empresa envolvida em caso de corrupção na Petrobras torna mais escandalosa a nulidade de provas e delações no Brasil

De 2003, primeiro ano da primeira gestão Lula da Silva, a 2014, ano em que foi deflagrada a Lava Jato, investigação policial que abalou os alicerces políticos do País, a multinacional sueca Trafigura, especializada na comercialização de commodities, pagou propina religiosamente a um executivo da Petrobras para intermediar a venda de petróleo brasileiro. Para cada barril, vinte centavos de dólar iam para o bolso do então gerente de Comércio Externo de Óleos Combustíveis da petroleira, num esquema que movimentou milhões de reais.

Nos sete anos de duração da Lava Jato, o nome da Trafigura – e de dois representantes no Brasil – integrou o rol de dezenas de empresas, nacionais

e estrangeiras, suspeitas de favorecimento mediante suborno a políticos e a executivos da Petrobras. Há poucos dias, decisão do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) trouxe a trading de volta aos holofotes ao estabelecer multa de US\$ 127 milhões para encerrar processo sobre os atos de corrupção, dos quais a própria empresa se confessou culpada.

Impossível não traçar paralelo com o que ocorre no Brasil em relação às empresas que, como a Trafigura, também assumiram participação na sangria de recursos envolvendo a Petrobras. Malgrado irregularidades constatadas posteriormente na força-tarefa da Lava Jato, a corrupção existiu, vigorou durante anos, enriqueceu ex-executivos, privilegiou empresas e desviou cifras astronômicas. Mas tudo o

que foi provado, documentado e confessado ganhou um novo rumo com a mudança dos ventos políticos e o retorno do lulopetismo ao Palácio do Planalto.

No mesmo mês em que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), movido sabe-se lá por quais propósitos, decidiu anular todas as provas de corrupção e as multas imputadas à Odebrecht (atual Novonor), em setembro de 2023, o ex-executivo da Trafigura Marcio Pinto de Magalhães pediu à Justiça Federal uma declaração de “imprestabilidade de todo o acervo probatório”.

Como era previsível, a decisão individual de Toffoli puxou imediatamente o fio para outros delatores e empresas se pendurarem na inacreditável tese de confissão sob “coação institucional” defendida pelo magistrado. Algo que se torna ainda mais inconcebível diante das inúmeras gravações em vídeo de executivos durante os depoimentos que efetivaram as delações. Somente um cinismo sem precedentes poderia inferir ali algum tipo de coação. Por óbvio, confissão não tem valor absoluto como prova, mas é, sim, um meio de prova, pois é a admissão do delito cometido pelo acusado.

Nos EUA, o Departamento de Justiça concluiu que a Trafigura “subornou integrantes do governo brasileiro entre 2003 e 2014 para fechar negócios

com a Petrobras”. Já no Brasil, o processo contra a Trafigura está suspenso há dois anos, como outros também esmagados pelo rolo compressor da “Vaza Jato”, nome dado às denúncias de arbitrariedades detectadas em mensagens trocadas entre Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, respectivamente juiz e procurador responsáveis pela Lava Jato.

No caso da Trafigura, constavam do processo dois ex-executivos da multinacional, um operador financeiro e um gerente da Petrobras. Ai está um detalhe importante para compreender o nível da roubalheira institucionalizada nos anos de maior instrumentalização da Petrobras – coincidente com as gestões petistas. A intermediação das facilidades com fornecedores, prestadores de serviços, tradings e outras empresas contratadas não se limitava ao primeiro escalão administrativo: desciam até o nível de gerência, comprovação de absoluta ausência de governança e fiscalização.

Dai a importância dos mecanismos de proteção para impedir a repetição de tamanho estrago. Tão importante quanto punir culpados – o que vem sendo desconsiderado, com a providencial contribuição do STF – é manter as regras de governança na Petrobras. Infelizmente, o governo Lula da Silva vem desmontando uma a uma as salvaguardas montadas em torno da empresa. ●